

SUMÁRIO

1. SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	19
1.1. ARBITRAGEM (Lei nº 9.307/96).....	19
1.1.1. Introdução	19
1.1.2. O Juízo Arbitral.....	20
1.1.3. Objeto da Arbitragem	20
1.1.4. O Árbitro.....	21
1.1.5. O Procedimento Arbitral	21
1.2. AUTOTUTELA.....	23
1.3. JUDICIAL	23
1.4. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....	23
1 Princípio do devido processo legal.....	23
2 Princípio da isonomia	24
3 Princípio do contraditório e ampla defesa	24
4 Princípio do juiz natural	25
5 Princípio da inafastabilidade da jurisdição	26
6 Princípio da publicidade.....	26
7 Princípio da motivação das decisões.....	27
2. DA AÇÃO.....	29
2.1 CONCEITO.....	29
2.2 CONDIÇÕES DA AÇÃO	29
2.2.1 Conceito	29
2.2.2 Classificação	30
2.2.2.1 Legitimidade das Partes	30
2.2.2.2 Interesse	30
2.2.2.3 Possibilidade Jurídica do Pedido	31
2.3 ELEMENTOS DA AÇÃO	31
2.3.1 Noções Gerais.....	31
2.3.1.1 Partes.....	31
2.3.1.2 Pedido	31
2.3.1.3 Causa de Pedir	32
2.4 CLASSIFICAÇÃO	32
2.4.1 Noções Gerais.....	32
2.4.2 Conhecimento.....	33

2.4.3	Cautelar	33
2.4.4	Execução	33
3.	SUJEITOS DO PROCESSO	35
3.1	DAS PARTES	35
3.1.1	Conceito	35
3.1.2	Capacidade de Ser Parte	36
3.1.3	Capacidade de Estar em Juízo	36
3.1.4	Deveres das Partes	36
3.1.5	Litisconsórcio	37
3.1.5.1	Conceito	37
3.1.5.2	Classificação	38
3.1.6	Intervenção de Terceiros	40
3.1.6.1	Noções Gerais	40
3.1.6.2	Nomeação à Autoria	40
3.1.6.2.1	Conceito	40
3.1.6.2.2	Hipóteses	40
3.1.6.2.3	Processamento	41
3.1.6.3	Chamamento ao Processo	41
3.1.6.3.1	Conceito	41
3.1.6.3.2	Hipóteses	41
3.1.6.3.3	Processamento	42
3.1.6.3.4	Particularidades	42
3.1.6.4	Denúnciação da Lide	42
3.1.6.4.1	Conceito	42
3.1.6.4.2	Hipóteses	43
3.1.6.4.3	Processamento	43
3.1.6.5	Oposição	44
3.1.6.5.1	Conceito	44
3.1.6.5.2	Características	44
3.1.6.6	Assistência	44
3.1.6.6.1	Conceito	44
3.1.6.6.2	Hipóteses	44
3.1.6.6.3	Processamento	45
3.2	DO JUIZ	45
3.3	MINISTÉRIO PÚBLICO	46
3.4	DO ADVOGADO	47
4.	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	49
4.1	DA JURISDIÇÃO	49
4.1.1	Conceito	49
4.1.2	Princípios	49
4.1.3	Características	50
4.2	DA COMPETÊNCIA	50
4.2.1	Competência Internacional e Competência Interna	51
4.2.2	Crítérios Legais de Determinação da Competência	52
4.2.2.1	Determinação da competência pela atribuição das causas aos órgãos jurisdicionais	53

4.2.3	Competência Absoluta e Competência Relativa	55
4.2.3.1	Prorrogação da Competência	56
4.2.3.2	Prorrogação Legal.....	58
4.2.3.3	Prorrogação Convencional.....	59
4.6	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	60
5.	ATOS PROCESSUAIS	61
5.1	CONCEITO.....	61
5.2	CLASSIFICAÇÃO	61
5.2.1	Atos das Partes	61
5.2.2	Atos do Juiz.....	62
5.2.3	Atos do Escrivão	62
5.3	PRINCÍPIOS DOS ATOS PROCESSUAIS.....	63
5.4	DO TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	64
5.4.1	Dos Prazos Processuais.....	64
5.4.2	Da Contagem dos Prazos Processuais.....	64
5.4.3	Prazos Processuais Legais e Judiciais	65
5.4.4	Prazos Peremptórios e Prazos Dilatórios.....	65
5.4.5	Prazos Próprios e Prazos Impróprios.....	66
5.5	DA PRECLUSÃO.....	66
5.5.1	Conceito	66
5.5.2	Espécies de Preclusão	66
6.	PROCEDIMENTOS	67
6.1	NOÇÕES GERAIS.....	67
7.	PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	69
7.1	PETIÇÃO INICIAL.....	69
7.1.1	Conceito	69
7.1.2	Requisitos da Petição Inicial.....	70
7.1.2.1	Endereçamento	70
7.1.2.2	Qualificação das Partes.....	70
7.1.2.3	Causa de Pedir	70
7.1.2.4	Pedido	71
7.1.2.4.1	Noções Gerais	71
7.1.2.4.2	Pedido Certo e Determinado ou Genérico	71
7.1.2.4.3	Cumulação de Pedidos	72
7.1.2.4.3.1	Espécies de Cumulação	73
7.1.2.5	Valor da Causa	73
7.1.2.5.1	Impugnação ao Valor da Causa	74
7.1.2.6	Provas com que o Autor Pretende Demonstrar a Verdade dos Fatos Alegados	75
7.1.2.7	Requerimento para a Citação do Réu.....	75
7.2	CITAÇÃO	75
7.2.1	Conceito	75
7.2.2	Quanto à Pessoaalidade, a Citação pode ser	76
7.2.3	Modalidades de Citação.....	76

7.2.4	Efeitos da Citação	79
7.3	DA TUTELA ANTECIPADA	80
7.3.1	Conceito	80
7.3.2	Pressupostos	80
7.3.3	Hipóteses.....	80
7.3.4	Procedimento	81
7.3.5	Da Reversibilidade.....	81
7.4	DO INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL	81
7.5	DA APLICAÇÃO DO ART. 285-A	82
7.6	DA RESPOSTA DO RÉU	83
7.6.1	Noções Gerais.....	83
7.6.2	Contestação	83
7.6.2.1	Noções Gerais	83
7.6.2.2	Defesas Processuais — Preliminares.....	84
7.6.2.3	Defesa de Mérito.....	86
7.6.3	Reconvenção.....	86
7.6.3.1	Noções Gerais	86
7.6.3.2	Requisitos	87
7.6.3.3	Processamento	87
7.6.4	Exceções	88
7.6.4.1	Noções Gerais	88
7.6.4.2	Exceção de Incompetência Relativa	88
7.6.4.2.1	Processamento	88
7.6.4.2.2	Nulidade da Cláusula de Eleição de Foro.....	89
7.6.4.3	Impedimento ou Suspeição.....	89
7.6.5	Revelia	91
7.6.5.1	Noções Gerais	91
7.6.5.2	Efeitos da Revelia.....	91
7.7	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	92
7.7.1	Noções Gerais.....	92
7.7.2	Julgamento Antecipado da Lide.....	93
7.7.3	Audiência Preliminar	93
7.7.4	Despacho Saneador	94
7.8	FASE INSTRUTÓRIA	94
7.8.1	Das Provas	94
7.8.1.1	Noções Gerais	94
7.8.1.2	Ônus da Prova.....	95
7.8.1.3	Das Provas em Espécie.....	96
7.8.1.3.1	Provas Documentais	96
7.8.1.3.2	Provas Orais	97
7.8.1.3.3	Do Depoimento Pessoal	97
7.8.1.3.4	Prova Testemunhal.....	97
7.8.1.3.5	Prova Pericial	99
7.8.1.3.6	Inspeção Judicial.....	100
7.8.2	Da Audiência de Instrução e Julgamento	101
7.8.2.1	Noções Gerais	101
7.8.2.2	Procedimento.....	102
7.8.2.3	Produção de Provas em Audiência.....	102
7.8.2.4	Adiamento da Audiência.....	103
7.9	FASE DECISÓRIA	104

7.9.1	Da Sentença	104
7.9.2	Conceito	104
7.9.3	Requisitos	104
7.9.4	Limites	104
7.9.5	Coisa Julgada	105
7.10	DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (LEI Nº 11.232/05)	105
7.10.1	Liquidação da Sentença	106
7.10.2	O Cumprimento da Sentença	108
7.10.3	Dos títulos executivos judiciais	110
7.10.4	Da execução provisória	111
7.10.5	Da Sentença Condenatória de Prestação Alimentícia Indenizatória	112
8.	RITO SUMÁRIO	113
8.1	NOÇÕES GERAIS	113
8.2	HIPÓTESES	113
8.3	PROCESSAMENTO	114
9.	TEORIA GERAL DOS RECURSOS	117
9.1	CONCEITO	117
9.2	PRINCÍPIOS RECURSAIS	117
9.2.1	Duplo Grau de Jurisdição	117
9.2.2	Taxatividade	117
9.2.3	Singularidade	118
9.2.4	Fungibilidade	118
9.2.5	Proibição da <i>Reformatio in Pejus</i>	118
9.3	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	118
9.4	PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE	119
9.4.1	Pressupostos Intrínsecos	119
9.4.1.1	Legitimidade	119
9.4.1.2	Interesse	119
9.4.1.3	Cabimento	120
9.4.2	Pressupostos Extrínsecos	120
9.4.2.1	Tempestividade	120
9.4.2.2	Competência	120
9.4.2.3	Preparo	120
9.4.2.4	Inexistência de Fatos Modificativos ou Extintivos	121
9.4.2.5	Regularidade Formal	121
9.5	EFEITOS DOS RECURSOS	121
9.5.1	Devolutivo	121
9.5.2	Suspensivo	122
9.6	RECURSOS EM ESPÉCIE	122
9.6.1	Recurso Adesivo	122
9.6.2	Apelação (arts. 513 e ss.)	122
9.6.3	Agravo	125
9.6.3.1	Agravo Retido	125
9.6.3.2	Agravo de Instrumento	126
9.6.4	Embargos de Declaração	127
9.6.5	Embargos Infringentes	129

9.6.6	Recurso Especial	129
9.6.7	Recurso Extraordinário.....	131
9.6.8	Recurso Ordinário Constitucional	133
9.6.9	Embargos de Divergência	133
10.	AÇÃO RESCISÓRIA	135
10.1	CONCEITO.....	135
10.2	PRESSUPOSTOS	135
10.2.1	Decisão de Mérito.....	136
10.2.2	Prazo Decadencial	136
10.3	HIPÓTESES.....	136
10.4	LEGITIMIDADE	138
10.5	COMPETÊNCIA	138
10.6	PROCEDIMENTO.....	139
10.7	CUMULAÇÃO DE JUÍZOS.....	139
10.8	COISA SOBERANAMENTE JULGADA.....	140
10.9	DECISÕES NÃO RESCINDÍVEIS.....	140
11.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (LEI Nº 11.382/06).....	141
11.1	NOÇÕES GERAIS.....	141
11.2	ELEMENTOS SUBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	141
11.2.1.	Pólo Ativo.....	141
11.2.2	Pólo Passivo	142
11.3	ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	142
11.3.1	Títulos Executivos Extrajudiciais.....	142
11.3.2	Características do Título Executivo.....	143
11.4	COMPETÊNCIA	143
11.5	EXECUÇÃO PARA ENTREGAR COISA.....	143
11.6	EXECUÇÃO DE FAZER E DE NÃO FAZER	144
11.7	EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR DECLARAÇÃO DE VONTADE	144
11.8	EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....	145
11.8.1	Penhora	145
11.8.2	Arrematação	145
11.8.3	Pagamento ao Credor.....	146
11.9	EMBARGOS DO DEVEDOR.....	146
12.	CAUTELARES.....	147
12.1	DAS MEDIDAS CAUTELARES EM GERAL.....	147
12.1.1	Momento de Ser Requerida a Medida Cautelar.....	148
12.1.2	Requisitos Específicos	148
12.1.3	Poder Geral de Cautela	148
12.2	PROCEDIMENTO CAUTELAR.....	150
12.2.1	Introdução	150
12.2.1.1	Competência	150
12.2.2	Formas de Extinção da Medida Cautelar.....	152

12.3	PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS.....	152
12.3.1	Arresto.....	152
12.3.2	Seqüestro.....	153
12.3.3	Caução.....	154
12.3.4	Busca e Apreensão	155
12.3.5	Exibição.....	156
12.3.6	Produção Antecipada de Provas	156
12.3.7	Alimentos Provisionais	157
12.3.8	Arrolamento de Bens	158
12.3.9	Justificação	159
12.3.10	Protestos, Notificações e Interpelações.....	160
12.3.11	Homologação do Penhor Legal	160
12.3.12	Posse em Nome do Nascituro	161
12.3.13	Atentado	161
12.3.14	Protesto e Apreensão de Títulos	162
13.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	165
13.1.	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	165
13.2	PRESTAÇÃO DE CONTAS	167
13.3.	POSSESSÓRIAS.....	169
13.4	EMBARGOS DE TERCEIROS	170
13.5	AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA	172
13.6	AÇÃO DE DEPÓSITO	173
13.7	AÇÃO DE ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DETÍTULO AO PORTADOR.....	174
14.	AÇÃO MONITÓRIA.....	177
14.1	CONCEITO.....	177
14.2	PROCESSAMENTO	178
14.3	PARTICULARIDADES.....	178
15.	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL(LEI Nº 9.099/95)	179
15.1	INTRODUÇÃO	179
15.2	COMPETÊNCIA	180
15.2.1	Em Razão do Valor	180
15.2.2	Em Razão da Matéria	180
15.2.3	Territorial.....	180
15.3	LEGITIMIDADE	181
15.4	PROCESSAMENTO	181
16.	PROCEDIMENTOS DA LEI DE LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (LEI Nº 8.251/91)	183
16.1	DAS AÇÕES DE DESPEJO (arts. 59 e ss.)	183
16.1.1	Noções Gerais.....	183
16.1.2	Ação de Despejo pelo Rito Ordinário.....	184
16.1.3.	Da Ação de Despejo por Falta de Pagamento.....	184
16.1.4	Da Ação Revisional.....	185

17	ENCARTE DE ATUALIZAÇÃO: LEIS NºS 11.232, 11.276, 11.277, 11.280 DO CPC.....	187
	ASPECTOS RELEVANTES	199
	QUANTO ÀS DECISÕES.....	199
	QUANTO AOS EFEITOS DA SENTENÇA.....	200
	DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E DA AÇÃO MONITÓRIA	201
	AS INOVAÇÕES DA LEI Nº 11.276, DE 7.02.2006.....	204
	ASPECTOS RELEVANTES DA LEI Nº 11.280, DE 16.02.2006.....	209
	REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO.....	209
	A REVELIA E A INTIMAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	210
	LIMINARES EM AÇÕES RESCISÓRIAS	210
	MODOS DE INTIMAÇÃO	210
	BIBLIOGRAFIA.....	243